

MOVIMENTOS SOCIAIS E MÍDIA: UMA COMPLEXA RELAÇÃO NO PROCESSO DE FORMULAÇÃO DA AGENDA

*Andressa Brito Vieira*¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a relação dos sujeitos Mídia e Movimentos Sociais no processo de formulação da Agenda das Políticas Públicas, considerando que a Mídia, além de ser um sujeito transitório, ou seja, que pode auxiliar aos demais sujeitos na divulgação de suas demandas, também possui complexas relações econômicas, sociais e políticas que influenciarão na maneira como retrata os Movimentos Sociais e as questões sociais.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Agenda; Movimentos sociais; Mídia.

Abstract: This article aims to analyze the relationship of the subject Media and Social Movements in the Agenda process of formulating public policies, whereas the media as well as being a transitional subject, that is, that can help to other subjects in the disclosure of their demands, also has complex economic, social and political relations that influence the way portrays the social movements and social issues.

Keywords: Public Policy; Agenda; Social Movements; Media

Introdução

O termo “Políticas Públicas” é amplamente utilizado pelos políticos em suas plataformas eleitorais, pela mídia em suas matérias jornalísticas e até pelo senso comum nas rodas cotidianas de conversa; entretanto, tal propagação do termo está longe de representar a real compreensão da complexidade do processo que envolve as políticas públicas. Mas, quais são suas finalidades? De acordo com Castro (2008), toda Política Pública, em teoria, promoveria o bem comum e o desenvolvimento dos indivíduos; entretanto, na prática, quase todas acabam atendendo a interesses específicos, e isso ocorre porque os grupos de poder influenciam na configuração e implementação das políticas.

Sendo assim, o que elas realmente são? De acordo com Dye (2011) seriam tudo o que os governos decidam ou não fazer. Podem regular conflitos com outras sociedades, distribuir variadas recompensas simbólicas materiais e serviços para aqueles que pertencem à sociedade, e, ainda, captar dinheiro da sociedade – geralmente, através dos impostos.

Em síntese, as políticas públicas “podem regular o comportamento, organizar burocracias, distribuir benefícios, ou extrair impostos – ou todas essas coisas ao mesmo tempo” (DYE, 2011, p. 1, tradução nossa). Essa é apenas uma das definições possíveis, já que o estudo das políticas públicas e o seu processo de construção contemplam análises e procedimentos não consensuais, e, portanto, constituídos de divergências ideológicas, abrigando múltiplos interesses. Portanto,

O processo das políticas públicas é assumido, nos seus diferentes momentos, por uma diversidade de sujeitos que entram, saem ou permanecem nele, orientados por diferentes racionalidades e movidos por diferentes interesses, fazendo do desenvolvimento das políticas públicas um processo contraditório e não linear (SILVA, 2013, p. 27-28).

¹ Socióloga, Mestranda em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: andressa_brito5@hotmail.com

A vasta literatura sobre o assunto, inclusive a produzida pela Ciência Política, aponta definições diversas e condizentes com várias correntes do pensamento político: o Marxismo, o Liberalismo e a Social Democracia. Tais matrizes teóricas serão fundamentais para o entendimento do papel do Estado em relação às políticas públicas e da configuração dos interesses, os quais serão apresentados de acordo com a visão de mundo de cada pensador, abordando-os através dos paradigmas Marxista, Pluralista, Institucionalista (e Neo institucionalista). Nesse artigo, não se pretende detalhar essas matrizes teóricas, e sim apenas demarcar a existência de divergências de pensamento que serão fundamentais para entender como são classificados os sujeitos, abordados seus interesses e a posterior formação da agenda etc.

A existência de variadas concepções teóricas, possibilitou um terreno fértil para a elaboração de diferentes metodologias para a investigação dos processos políticos das Políticas Públicas. Então, de acordo com Rua e Romanini (2013), a literatura referente apresenta vários modelos: a Abordagem Sistêmica, o “Modelo da Lata de Lixo” ou “*Garbage Can Model*”, o “Modelo de Múltiplos Fluxos”, o “Modelo de Coalizão de Defesa” (*Advocacy Coalition Framework*), o “Modelo de Equilíbrio Interrompido” e o “*Policy Cycle*”, ou Ciclo de Políticas Públicas, chamado também de modelo heurístico “por facilitar o entendimento do processo de políticas públicas [...]” (SABATIER; JENKINS-SMITH, 1993 apud RUA; ROMANINI, 2013, p. 6).

Este modelo recebeu algumas modificações através da construção do “Modelo Aperfeiçoado” (*Improved Model*) e se tornou o modelo mais utilizado entre os estudiosos (RUA; ROMANINI, 2013). Algumas críticas são realizadas a ele, como, por exemplo, o fato dele se apresentar em estágios; no entanto, de acordo com Frey (1999), a aprendizagem política acontece em todas as fases do ciclo de políticas, já que o controle do impacto não deve acontecer apenas no final do processo, mas sim em todo ele, não seguindo, portanto, uma linearidade.

O autor alerta, ainda, que ele é um “tipo puro”, propício para a análise do processo político; no entanto, não costuma efetivar-se igualmente como está previsto no modelo, sendo que o fato dos processos políticos reais não se alinharem ao modelo teórico não significa que ele seja inapropriado para a explicação desses processos, apenas evidencia seu papel de instrumento de análise (FREY, 1999).

Assim, as políticas públicas apresentam-se a partir de um processo do qual fazem parte: identificação do problema, estabelecimento da agenda, formulação da política, legitimação da política, implementação da política e avaliação da política (DYE, 2011 apud SILVA, 2013). Conceber a formulação da agenda como uma fase particular do processo não é unanimidade entre os muitos que optam por utilizar o modelo “*policy cycle*”, pois para alguns, esta deve ser pensada em conjunto com a elaboração das alternativas e a decisão (RUA; ROMANINI, 2013). Nesse artigo, ela será concebida como uma fase singular, haja vista a necessidade de uma análise mais detalhada da Agenda, já que se tem como objetivo evidenciar a relação entre sua formulação e os interesses dos sujeitos – Movimentos Sociais² (MS) e Mídia³ – buscando a compreensão de como acontece essa relação.

Para tanto, além desta Introdução, apresenta-se na seção “Construindo a agenda: conceito e sujeitos” uma breve explanação sobre o conceito de Agenda, sua construção e os sujeitos que a influenciam. Na seção “Mídia e movimentos sociais: como se relacionam?” explicita-se a relação dos

² Não existe uma conceituação simples e única de Movimentos Sociais, tanto que muitos autores se detiveram a escrever sobre eles e sobre suas ações, formatações e modificações ao longo da História. O Dicionário Sociologia o define como “um esforço coletivo contínuo e organizado que se concentra em algum aspecto de mudança social” (JOHNSON, 1997, p. 155). Nesse artigo, quando se fala em Movimentos Sociais, refere-se a toda organização ou manifestação em defesa de interesses de grupos ou classes sociais (política), ressaltando que, de acordo com as relações de forças sociais, é possível distinguir os movimentos orgânicos dos movimentos conjunturais, como abordaria Gramsci (COSTA, 2011). Observando essa perspectiva de classe, refere-se, então, aos movimentos sociais organizados pelas classes populares.

³ Neste trabalho utiliza-se Mídia para referir-se aos meios de comunicação como televisão, rádio, cinema; no entanto, não os entendendo apenas como instrumentos técnicos, mas buscando alinhar-se a abordagem interdisciplinar (Comunicação, Sociologia, Ciência e Psicologia Social), pois “foi nesses estudos multidisciplinares que a palavra mídia ganhou destaque, sendo empregada em análises que pretendiam explicar o poder institucional e de representação dos meios de comunicação no mundo político contemporâneo.” (GUAZINA, 2007, p. 50). Em alguns trechos do trabalho, também refere-se a ela como Mídia Tradicional. Usa-se, também, o termo Mídia Social para referir-se à utilização dos instrumentos disponíveis na Internet, como blogs e sites de redes sociais.

sujeitos Movimentos Sociais e Mídia, apresentando sua relação. Na seção “Mídias Alternativas: potencialidades para os movimentos sociais?” discute-se sobre a utilização das Mídias Sociais pelos Movimentos Sociais. Por fim, apresentam-se as Considerações Finais, sintetizando o conteúdo abordado no artigo.

1 Construindo a agenda: conceito e sujeitos

As políticas públicas são uma realidade em vários países, e atendem áreas como saúde, educação, meio ambiente, e se direcionam para diversos públicos-alvo como mulheres, juventude, populações étnicas etc. No Brasil, por exemplo, os programas sociais como Bolsa Família, Mais Médicos e Minha Casa Minha Vida são exemplos de grande repercussão. Entretanto, até que estas políticas públicas se materializem e atendam às necessidades cotidianas das pessoas um longo percurso é trilhado, no qual estão envolvidos vários sujeitos e seus interesses. Elenca-se como sujeitos os grupos de pressão, movimentos sociais, organizações da sociedade, partidos políticos, burocratas, técnicos, judiciário e a mídia. Tal pluralidade de sujeitos, de interesses e de racionalidades configuram a luta social como um processo complexo, apresentando desencontros, embates e conflitos (SILVA, 2009).

Estes sujeitos “[...] lutam intensamente para incluir seus interesses nesta lista de propriedades com vistas a que constituam objeto da decisão política” (RUA; ROMANINI, 2013, p. 6), o que evidencia a importância da Agenda. Então, de acordo com Silva (2013), a constituição do problema e da agenda governamental é um movimento

constituído por uma lista de problemas ou assuntos que chamam a atenção da sociedade e do governo, podendo, por força da pressão social, assumir visibilidade e transformar-se em questão social merecedora de atenção do poder público; também, por conseguinte, transformar-se em política [...] para se transformar numa questão social e integrar a agenda pública precisam ter reconhecimento da sociedade [...] sendo sujeitos importantes, nessa dinâmica, os partidos políticos, a mídia e os grupos de pressão (SILVA, 2013, p. 22-23).

Essa lista de demandas – advindas da sociedade e do governo – são classificadas em: novas, recorrentes e reprimidas⁴. Mas o que é essa Agenda, na qual os sujeitos querem inscrever suas demandas? Várias discussões giram em torno dessa fase, a qual será definida e tipificada de acordo com o pensamento de cada autor que se dedica a esse assunto. De acordo com Cobb e Elder, pode ser Sistêmica ou Institucional/Formal; para Kingdon, autor que também ressalta a existência das agendas especializadas, pode ser Governamental, Sistêmica e de Decisão (SOUZA, 2006).

Para os autores há também divergência em relação aos sujeitos que participam do processo de formulação da Agenda: segundo Meny e Thoenig, existiriam os atores propriamente ditos (partidos políticos, associações e Movimentos Sociais); para Kingdon, esses seriam divididos em participantes de dentro do governo, os de fora, e ainda em visíveis e não visíveis; para Dye, os participantes da definição da Agenda seriam as elites e o Congresso (SOUZA, 2006).

Diante dessa pluralidade de conceitos, “o que faz com que as pessoas, dentro e ao redor do governo, se dediquem, em um dado momento, a alguns temas e não a outros?”. Esse foi um dos questionamentos realizados por Kingdon (2007, p. 219) para reforçar a necessidade de que os estudos detivessem mais vigor para analisar como as questões se tornam itens na agenda governamental, sobre

⁴ De acordo com síntese realizada por Rua (mimeo), as **demandas novas** são produto do surgimento de novos atores políticos ou do surgimento de outros problemas, sendo importante ressaltar que são classificados como novos atores políticos porque apenas em determinado momento passaram a se organizar e pressionar o sistema político, e não porque não existissem anteriormente; já os novos problemas, de fato, dizem respeito a problemas novos, ou porque eram considerados como “estados de coisas”, pois não se apresentavam como problemas em torno dos quais existia algum tipo de pressão. As **demandas recorrentes** dizem respeito às que expressam problemas não resolvidos, ou que tenham sido resolvidos de forma precária e, portanto, precisam voltar à agenda governamental. Por fim, as **demandas reprimidas** são aquelas que se constituem como “estado de coisas”, ou por não decisões.

como as escolhas dos *decision-makers* (ou tomadores de decisão) são desenvolvidas e por qual motivo algumas questões e alternativas que seriam possíveis nunca são levadas a sério (KINGDON, 2007).

Frey (2000) contribui com esse debate atestando que, primeiramente, um fato será percebido como um problema político por grupos isolados, assim como por políticos, grupos de políticos ou pela administração pública; e que, geralmente, serão a mídia e demais formas de comunicação política e social que ajudarão para que uma questão peculiar tenha relevância política. Além de todas as discussões já apresentadas sobre a formulação da Agenda e tomada de decisões, é importante salientar a Teoria da Não Decisão, a qual defende que “a formação da agenda expressa relações de poder, de modo que os temas que ameaçam os interesses mais poderosos não são incluídos na pauta” (RUA; ROMANINI, 2013, p. 8).

Como se observou a partir da análise de Frey, explicitada acima, a Mídia é considerada um importante sujeito na constituição da agenda. Tal aspecto é reforçado por Dye (2011) quando afirma que os meios de comunicação desempenhariam as duas funções no jogo da política, ou seja, de jogadores e de árbitros, já que não apenas informam as pessoas sobre as lutas de poder que acontecem na sociedade, mas são personagens delas, e agem assim porque são um grupo de elite que compete por poder juntamente com os grupos de liderança mais tradicionais de negócios, trabalho, governo e demais setores sociais. Para Secchi existiria, inclusive, uma Agenda da Mídia (SOUZA, 2006).

Assim, de acordo com análises de cientistas sociais, os meios de comunicação possuem quatro potencialidades que seriam importantes para a construção de políticas públicas: sua capacidade de agendamento, de enquadramento, de construção da informação e de controle social (CANELA, 2008). E a “(1) identificação de problemas e definição da agenda para os formuladores de políticas, (2) influenciar atitudes e valores e para questões políticas, e (3) a mudança de comportamento dos eleitores e tomadores de decisão” (DYE, 2011, p. 36) são efeitos que a Mídia causa para as Políticas Públicas.

Muitos são os autores da área da Comunicação que, também, tentaram compreender em que medida os meios de comunicação influenciam a opinião das pessoas. Eles influem diretamente sobre o enfoque aos acontecimentos sociais, ou seja, sobre quais serão os assuntos pautados na vida das pessoas; e é justamente na suposição de que o veículo jornalístico irá, por meio da apresentação de notícias, influenciar nos assuntos comentados pelo público que se fundamentam os estudos da agenda-setting (CAMPANHA; D’ANDRÉA, 2012).

De acordo com Nogueira (2013, p. 181), os “jornais são cidadãos coletivos: posicionam-se e dão ênfases noticiosas conforme suas posições”, e, portanto, a focalização mais incisiva da Mídia em alguns assuntos será fundamental para inclusão ou retirada de um tema da pauta da sociedade (CANELA, 2008).

Sabendo-se da relevância dos sujeitos para a constituição da Agenda, e que a Mídia é um sujeito que “auxilia” aos outros, qual seria, então, sua relação com o sujeito “Movimentos Sociais”? Como fala sobre suas demandas? De que maneira as questões sociais e os MS aparecem nos meios de comunicação? E como os interesses próprios da Mídia, ou os dos outros sujeitos que possam apoiar, se chocam com o dos Movimentos Sociais? Quais estratégias eles adotam para serem noticiados?

2 Mídia e movimentos sociais: como se relacionam?

Como pontuado anteriormente, os Movimentos Sociais (MS) e a Mídia se constituem como sujeitos políticos das políticas públicas. Os Movimentos Sociais, juntamente com os grupos de pressão e as organizações da sociedade, são “sujeitos responsáveis pela transformação de problemas em questões sociais e, ao mesmo tempo, potenciais beneficiários dos programas sociais” (SILVA, 2009, p. 11). Já a Mídia, “assume significativa influência na visibilidade dos problemas sociais, na formulação e na implementação das políticas públicas” (SILVA, 2009, p. 12), sendo que “a lógica que a mídia assume se altera conforme a lógica do sujeito que está apoiando, mas tende a ser uma lógica burocrática ou legalista, preocupada essencialmente com a eficiência da política.” (SILVA, 2013, p. 29).

Tal transitoriedade da Mídia está intrinsecamente relacionada à influência que ela exerce, já que vivemos utilizando o termo de Thompson (2005), numa sociedade midiada e uma cultura midiada, pois

não há setor na sociedade que não esteja contagiado por ela, seja o setor da educação, o religioso e, obviamente, o da política (GUARESCHI, 2007). Portanto, os meios de comunicação ocupam “[...] um lugar de extraordinária relevância nos processos de constituição de hegemonia” (NOGUEIRA, 2013, p. 183).

Sabendo-se dessa importância da Mídia no âmbito da Política, e também que os meios de comunicação existem a partir das complexas relações econômicas, sociais e políticas que os constituíram, problematiza-se a sua relação com os MS. Historicamente, a comunicação sempre foi fundamental para os Movimentos, já que necessitam ganhar notoriedade, divulgar suas ações e expor reivindicações e problemas que almejam inscrever na Agenda. Assim, com o advento dos meios de comunicação (jornal impresso, televisão, rádio), utilizá-los ou ser noticiados positivamente por eles tornou-se um importante objetivo, como é reiterado na citação de Fonseca (2011):

No decorrer do século XX, dos anarquistas das primeiras décadas às novas organizações operárias nos anos 1980, os movimentos sociais urbanos passaram a ter cada vez mais consciência de que os meios de comunicação não poderiam deixar de ser empregados como uma ferramenta estratégica para contribuir na mobilização social, na contestação da ordem capitalista e na conscientização política das classes populares (FONSECA, 2011, p. 68).

Questiona-se, então, como é feita a abordagem dos MS e das questões sociais pela Mídia. É inegável que, no Brasil, as questões sociais têm sido, cada vez mais, abordadas pelos meios de comunicação de massa, seja em matérias jornalísticas, novelas ou programas específicos para debater temas sociais (como por exemplo, o Programa *Na Moral*, da Rede Globo); embora, como sugere Motta (2008), eles permaneçam dando relevância secundária aos problemas sociais, já que os jornais e telejornais dão mais notoriedade ao submundo da política e às variações da Bolsa de Valores.

Temas como violência contra as mulheres, maus tratos a idosos, preconceitos de toda natureza (contra deficientes físicos, negros, homoafetivos etc.) e tráfico humano são exemplos de questões sociais retratadas na Mídia, sobretudo na televisão. Essas iniciativas seriam “um dos indicadores mais comumente adotados para a verificação do cumprimento da responsabilidade social do jornalismo” (BUCCI, 2008, p. 54). Entretanto, a abordagem de temas pertinentes aos diversos MS esbarra em questões associadas à formação do profissional do jornalismo e à sua postura política, já que, de acordo com Martins (2008), nos cursos de jornalismo existe uma preocupação maior com a dualidade formação acadêmica X formação técnica, não existindo uma preocupação em qualificar os acadêmicos na área social em que atuarão profissionalmente.

Em síntese, a presença de tais assuntos na Mídia tradicional é importante para os MS, inclusive para a consolidação de sua pauta de reivindicação, a qual comporta muitos dos assuntos tratados pela Mídia. No entanto, se elencam algumas limitações para a pouca eficácia do debate dessas questões sociais nos meios de comunicação de massa, a saber: 1) são abordadas de maneira simplista, rasa; 2) geralmente expostas em programas periféricos, ou seja, naqueles exibidos fora do horário nobre e que, portanto, possuem pouca audiência; 3) não se articulam com as problemáticas estruturais da sociedade; 4) existem temas que, provavelmente, não serão abordados, como, por exemplo, a reforma agrária; e 5) a presença de representantes dos MS é pouco requisitada, não dando voz a esse segmento.

Percebe-se, então, que essas limitações ocorrem devido aos diversos interesses que a Mídia representa, já que os espaços comunicacionais são estratégicos tanto para o movimento, na medida em que publicizam suas demandas e buscam um espaço para desenvolver uma contra-hegemonia, como para seus opositores que tentam desqualificá-los e isolá-los, abordando-os como construtores da violência (GOHN, 2010).

O fato de, historicamente, os meios de comunicação de massa serem propriedade – em sua maioria – de grandes grupos políticos e econômicos, contra os quais, geralmente, os MS disputam interesses antagônicos na arena estatal, configura-se um empecilho para os Movimentos. No Brasil, por exemplo, menos de dez famílias/empresas controlam 70% da Mídia (PASSOS, 2013) e boa parte das concessões de televisão e radiodifusão está nas mãos de grupos familiares abastados e políticos. Dados da Agência Repórter Social, do ano de 2006, explicitam a quantidade (por região) de parlamentares do

Congresso Nacional que possui o controle de rádio ou televisão, sendo 44 parlamentares no Nordeste, 18 no Sudeste, 8 no Sul, 7 no Norte e 3 parlamentares no Centro-Oeste.

Essa concentração de meios de comunicação nas mãos de políticos possibilita a cristalização de práticas políticas inadequadas, alimentadas pelo que alguns estudiosos da área de Comunicação chamam de coronelismo eletrônico⁵, no qual,

Emissoras de rádio e televisão, que são mantidas em boa parte pela publicidade oficial e estão articuladas com as redes nacionais dominantes, dão origem a um tipo de poder agora não mais coercitivo, mas criador de consensos políticos. São esses consensos que facilitam (mas não garantem) a eleição (e a reeleição) de representantes – em nível federal, deputados e senadores – que, por sua vez, permitem circularmente a permanência do coronelismo como sistema. (LIMA; LOPES, 2007, p. 3).

O cenário exposto acima demonstra que, no Brasil, a Mídia Tradicional está umbilicalmente ligada às classes dominantes do país, e que, portanto, a visão defendida por ela será condizente com os interesses desse grupo. Esse aspecto é fundamental para compreender a postura adotada por ela para tratar das questões sociais e dos MS.

Na história brasileira, inúmeros são os discursos produzidos pelos âncoras ou comentaristas de jornais televisivos e pelas manchetes dos jornais impressos que abordam de forma pejorativa e criminalmente os MS, associando-os à baderna e violência. O exemplo abaixo, referente às Manifestações de junho de 2013, explicita isso:

Mas afinal o que provoca um ódio tão violento contra a cidade só víamos isso quando a organização Criminosa de São Paulo queimou dezenas de ônibus não pode ser por causa de vinte centavos A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média isso é visível ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs não! Os mais pobres ali, eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis molotov, que ganham muito mal. No fundo tudo é uma imensa ignorância política é burrice misturada a um rancor sem rumo [...] Ninguém sabe mais por que lutar em um país paralisado por uma disputa eleitoral para daqui a um ano e meio [...] Esses caras vivem no passado de uma ilusão. Eles são a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 50 que a velha esquerda ainda defende aqui. Realmente esses revoltosos de classe média não valem nem vinte centavos! (informação verbal)⁶.

Além de serem tratadas criminalmente, muitas ações importantes promovidas pelos MS são totalmente silenciadas ou têm negado o direito de exporem seus objetivos na Mídia tradicional; é o caso, por exemplo, do Plebiscito Constituinte⁷ e de organização popular, articulado em 2014, o qual não teve espaço para discussão da proposta, além dos meios alternativos.

⁵O coronelismo eletrônico “é um fenômeno do Brasil urbano da segunda metade do século 20, que sofre uma inflexão importante com a Constituição de 1988, mas persiste e se reinventa depois ela [sic]. É também resultado da adoção do modelo de curadoria (trusteeship model), isto é, da outorga pela União a empresas privadas da exploração dos serviços públicos de rádio e televisão e, sobretudo, das profundas alterações que ocorreram com a progressiva centralidade da mídia na política brasileira, a partir do regime militar (1964-1985)” (LIMA; LOPES, 2007, p. 3). Este conceito é desenvolvido a partir do conceito de Coronelismo, desenvolvido primeiramente por Victor Nunes Leal no livro “Coronelismo, Enxada e Voto”, no qual explanou sobre as práticas políticas no antigo Brasil rural. (Ibid., p. 2). Segundo Carvalho (1997, s.p), “[...] o coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. O coronelismo, além disso, é datado historicamente. Na visão de Leal, ele surge na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica. O fato político é o federalismo implantado pela República em substituição ao centralismo imperial. O federalismo criou um novo ator político com amplos poderes, o governador de estado”.

⁶ Arnaldo Jabor. Arnaldo Jabor fala sobre onda de protestos contra aumento nas tarifas de ônibus. [junh. 2013]. Jornal da Globo, 2013. 1 arquivo. mp3. (01min. 27seg.). Disponível em: <<http://globoTV.globo.com/rede-globo/jornal-da-globo/v/arnaldo-jabor-fala-sobre-onda-de-protestos-contr-aumento-nas-tarifas-de-onibus/2631566/>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

⁷ “É um plebiscito popular que luta por uma Assembléia Constituinte, que será exclusivamente eleita e terá poder soberano para mudar o Sistema Político Brasileiro, pois somente através dessa mudança será possível alcançarmos a resolução de

Esses posicionamentos não são aleatórios e, como alertado anteriormente, corroboram com as relações que constituem a Mídia, ou seja, têm um objetivo ideológico a cumprir, já que Nogueira (2013) afirma que os meios de comunicação são instrumentos de seus proprietários (famílias, aristocratas, governos, partidos políticos etc.) e, portanto, ferramentas de luta por poder e hegemonia; e ainda, ao colocarem suas visões de mundo, o fazem sem violência, de modo civilizado, sendo assim democráticos, porém, sem abandonar suas opiniões, valores, ideologias e interesses.

Se a maioria dos meios de comunicação de massa são propriedade dos grandes grupos econômicos e políticos, como já salientado acima, o ato de colocar o restante da sociedade contra os MS propicia um não questionamento dos processos desiguais da sociedade, resultando na manutenção do sistema econômico vigente. Nesse sentido, observa-se que, para Marx, a noção da ideologia está fortemente relacionada à divisão social da sociedade de classes e à maneira própria com que a classe dominante formula e divulga sua visão de mundo, com o intuito de torná-la algo comum a todos, ou seja, universal (IASI, 2011).

Mesmo com essa hegemonia dos grandes grupos midiáticos, alguns teóricos defendem a existência de um agendamento realizado em sentido inverso, no qual se direciona a Audiência – direcionamento dos Meios de Comunicação –, ou seja, o público também poderia influenciar a Mídia. A sociedade não se informa apenas pela Mídia, encontra informações em outros âmbitos, como na Internet e em suas relações interpessoais (BARRETTA; CERVI, 2012). O Contra-agendamento ou *Social Setting* seria um “agendamento não no sentido tradicional, postulado pela teoria do *agenda-setting*, mas de um agendamento que privilegia a contra-argumentação” (ROSSY, 2007 apud BARRETTA; CERVI, 2012, p. 8). Então, é

um conjunto de atuações, que passam estrategicamente, pela publicação de conteúdos na mídia e depende, para seu êxito, da forma como o tema-objeto-de-advocacia foi tratado pela mídia, tanto em termos de espaço, quanto em termos de sentido produzido (SILVA, 2007 apud BARRETTA; CERVI, 2012, p. 2).

Essa perspectiva rompe com a ideia de público passivo, o que, para os MS, é fundamental, e por meio de suas estratégias consegue noticiar suas reivindicações e demandas nos meios de comunicação de massa, possibilitando que estas ganhem notoriedade e possam se fixar na agenda pública. O Contra-agendamento tem sido realizado basicamente de duas maneiras. A primeira refere-se ao que pode ser intitulado de protestos “criativos”, muito utilizados pelos denominados Novos Movimentos Sociais⁸, os quais rendem notícias na televisão e nos jornais.

Os beijaços, os *Flash mobs*⁹, os *Twittaços*¹⁰, ocupação de lugares públicos (como praças), o “Na Mesma Moeda”¹¹, o protesto virtual “Manifestação Contra os Buracos de São Luís”¹², “Beber de Isoporzinho”¹³, o “Churrasco pra gente diferenciada em frente ao shopping Higienópolis”¹⁴, são alguns

tantos outros problemas que afligem nosso povo”. Disponível em: <www.plebiscitoconstituente.org.br>. Acesso em: 30 mai. 2015.

⁸ Considerando que as teorias anteriores sobre movimentos sociais não eram adequadas para explicar os movimentos que surgiam a partir dos anos 1960, alguns autores criaram esquemas interpretativos que enfatizavam aspectos como a cultura, ideologia, lutas sociais do cotidiano etc. Assim, os chamados Novos Movimentos Sociais constituem um modelo teórico baseado na cultura, na negação do marxismo como uma teoria capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos, na eliminação do sujeito histórico redutor da humanidade, entre outras características (GOHN, 2011).

⁹ *Flash mob*, do inglês *flash mobilization*, significa manifestação relâmpago.

¹⁰ Acontecem no *Twitter* utilizando uma hastag (palavra de origem inglesa para denominar o sinal gráfico #, chamado comumente no Brasil de sinal jogo da velha) com dia e horário programados.

¹¹ Aconteceu pela primeira vez em 2011 e foi retomado em 2013, devido ao alto preço do combustível, e consiste em juntar carros e motos em postos de combustível das cidades e abastecer apenas com 0,50 centavos que são pagos com cartão, notas de R\$50,00 e exigência de nota fiscal. Aconteceu em Belo Horizonte, Curitiba, Recife, São Luís etc.

¹² Ocorreu em 2011 e consistia em que os manifestantes postassem, no horário marcado, fotos de buracos nas ruas da capital maranhense na página do *Facebook* criada para o ato.

¹³ Protesto organizado para contestar o elevado preço das bebidas em quiosques e bares. Os manifestantes se reúnem para beber em um lugar público munidos de um isoporzinho com as bebidas. Ocorreu no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Manaus, Recife etc.

exemplos. Assim, a inovação no repertório de atuação dos MS constitui-se um importante elemento, entretanto, observa-se que a maioria dos protestos citados se referem a pontos específicos, como o aumento da gasolina e da bebida, ou problemas pontuais de administração pública (os buracos); então, vale ressaltar que só será possível o Contra-agendamento desse tipo caso a pauta de reivindicações não comprometa os interesses maiores defendidos pela grande Mídia.

Nessa lógica é compreensível que algumas questões sociais sejam aceitas – e até reforçadas – pela Mídia, como, por exemplo, as questões de gênero e raça, caso o debate circule apenas por pontuações sobre o direito e aceitação da diferença, mas não sejam noticiadas caso a questão da identidade (indígena ou quilombola) associe-se a maiores reivindicações, como a demarcação de terra. Existe uma clara fronteira entre a notícia que entra e a que não entrará em pauta.

A outra forma de Contra-agendamento relaciona-se ao uso da Internet, e mais especificamente das Mídias Sociais¹⁵, as quais têm possibilitado não só aos MS, mas a todos os que se sentem injustiçados com as colocações dos meios de comunicação de massa, a possibilidade de expor outra versão dos fatos. Assim, o *Social Setting* acontece quando essa nova versão é tão difundida que pressiona a Mídia a retratar-se.

As manifestações de Junho de 2013 renderam bons exemplos desse Contra-agendamento, já que após as Mídias Sociais rebaterem as colocações da grande Mídia que criminalizavam os protestos esta acabou reelaborando seus discursos ou fazendo algumas considerações, como pode ser observado nos exemplos abaixo:

A TV Globo vem fazendo reportagens sobre as manifestações desde o seu início e sem nada a esconder: os excessos da polícia, as reivindicações do Movimento Passe Livre, o caráter pacífico dos protestos e quando houve depredações e destruição de ônibus é nossa obrigação e dela nós não nos afastaremos. O direito de protestar e se manifestar pacificamente é um direito dos cidadãos. (informação verbal)¹⁶.

À primeira vista esse movimento parecia uma pequena provocação inútil que muitos criticaram, erradamente, inclusive eu. Nós temos democracia desde 1985, mas democracia se aperfeiçoa senão decai [...] de repente reapareceu o povo. De repente o Brasil virou um mar. Uma juventude que estava calada desde 1992, uma juventude que nascia quando Collor caía acordou, abriram os olhos e viram que temos Democracia, mas uma República inoperante [...] Só há dois perigos: a tentação da violência; e o vazio. Se tudo virar batalhas campais, a coisa se destrói. Se virar um movimento abstrato, genérico demais, tudo se esvai! [...] Se tudo correr bem estamos vivendo um momento histórico lindo e novo. Os jovens terão nos dado uma lição: Democracia já temos! Agora temos de formar uma República (informação verbal)¹⁷.

¹⁴ O “Churrasco pra gente diferenciada em frente ao shopping Higienópolis” foi organizado pelos sites de redes sociais em 2011 em São Paulo, contra um grupo de moradores contrários à construção de metrô na Avenida Angélica, em Higienópolis. Chamou atenção pelo bom humor, pois teve carne, refrigerante e pagode (Fonte: <www.ultimosegundo.ig.com.br>).

¹⁵ São “sites na internet construídos para permitir a criação colaborativa de conteúdo, a interação social e o compartilhamento de informações em diversos formatos” (TELLES, 2010, p. 19). São: blogs, sites de compartilhamento de vídeos (*Youtube*), de fotos (*Flickr*) e os sites de redes sociais (*Facebook*). O surgimento das Mídias Sociais relaciona-se a alterações nas gerações da Internet, ou seja, a migração de uma geração Web 1.0 para uma Web 2.0. A primeira é considerada estática: os conteúdos contidos nos sites só podiam ser modificados pelos administradores e não pelos usuários finais, aos quais era possibilitada apenas a leitura. A Web 2.0, web participativa ou colaborativa, “é a segunda geração de serviços na web que buscam ampliar as formas de produzir a compartilhar informações online” (PRIMO, 2006, p. 1), ou seja, essa nova geração possibilitou a interação do usuário final que poderia ler, mas também acrescentar conteúdos, discutir questões, opinar - onde se incluem as chamadas Mídias Sociais.

¹⁶ Patrícia Poeta. Nota de esclarecimento aos manifestantes. [junh. 2013]. Jornal Nacional, 2013. 1 arquivo. mp3. (0:21seg.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=APLEN2vPjPI>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

¹⁷ Arnaldo. Arnaldo Jabor fala sobre novos protestos e ressalta força da juventude. [junh. 2013]. Jornal da Globo, 2013. 1 arquivo. mp3. (01 min. 34 seg.). Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/videos/t/edicoes/v/arnaldo-jabor-fala-sobre-novos-protestos-e-ressalta-forca-da-juventude/2640269/>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

Para Nogueira (2013), está em desenvolvimento uma relevante mudança cultural, na qual, por meio de redes, as pessoas conseguem produzir informações de maneira cooperativa; os tidos como oráculos, “donos da verdade”, já não possuem a mesma força; as fontes são multiplicadas e tudo pode ser colocado em questionamento, repercutindo rapidamente e podendo ser reelaborado, existindo, assim, linguagens, narrativas e conteúdos mais diversificados e sem controle, não existindo, portanto, donos ou proprietários no processo.

A Internet – principalmente as Mídias Sociais – é fundamental aos MS, não apenas no Contra-agendamento. De acordo com Gohn (2010), ela configura-se o grande meio/veículo articulador das ações coletivas e dos Movimentos Sociais, já que possibilitou a criação de redes virtuais que conectam grupos e possibilitam mais que conexão e estruturação das ações, mas são importantes, também, para a divulgação das informações, assim como para alimentar ações e reações em cadeia e em tempos recordes.

3 Mídias Alternativas: potencialidades para os movimentos sociais?

Considerada a coqueluche informacional de massa do século XX, a Internet surge no contexto da Guerra Fria e, após um longo caminho técnico e político, e também com a consolidação dos processos econômicos e políticos de Mundialização do Capital ou Globalização, ela se popularizou e se transformou em importante instrumento dessa conjuntura, auxiliando em questões de várias naturezas.

Embora muito utilizada pelos grandes negócios do capital, serviu também aos MS, constituindo-se, desde o século XX, em importante instrumento para diversos deles, principalmente para os movimentos sociais que atuam em redes – inclusive globais. O Movimento Revolucionário Zapatista (1990) e os protestos antiglobalização em Seattle (1999), no México, são alguns dos que a utilizaram; e, a partir de 2011, os movimentos como a Primavera Árabe, Occupy Wall Street e Indignados também adotaram a Internet como instrumentos de organização e divulgação, sobretudo as Mídias Sociais, como o *Facebook* e *Twitter*.

Através dos exemplos citados acima, se percebe a importância das Mídias Sociais para os MS na tentativa de construir uma comunicação mais livre e independente, que não esbarre nos interesses econômicos e políticos da grande Mídia. No Brasil, os protestos de junho de 2013 e as reivindicações contra os gastos com a Copa do Mundo de 2014 tiveram as Mídias Sociais como seu principal instrumento, por meio do qual organizaram suas ações, publicaram suas versões e denunciaram a intensa repressão policial através de *posts* em blogs, *Twitter* e *Facebook*.

A lista de sites, blogs e páginas nos sites de redes sociais que, nesses períodos, auxiliaram por meio da publicação de conteúdos elaborados por MS para denunciar e se organizar contra a criminalização da Mídia e repressão policial é extensa, sendo nela elencando, por exemplo, os seguintes endereços eletrônicos: <www.artigo19.org>; <www.kamasurra.com.br>; <www.protestos.org>; <www.anistia.org.br> e as páginas no *Facebook*, Mídia Ninja¹⁸ e a do protesto “Libertem nossos presos políticos”.

O site do Mídia Ninja é um importante sítio usado para divulgar as ações do MS, dentre elas, as ações voltadas para a realização do Seminário Carajás 30 anos, que aconteceu em São Luís, Maranhão, em 2014, e teve suas atividades divulgadas ao vivo, via Internet, por esse grupo. O Seminário, de cunho acadêmico-político, tinha como principal objetivo fazer uma avaliação crítica dos desdobramentos do Programa Carajás e, evidentemente, não foi noticiado pelos grandes veículos de comunicação, já que criticava grupos econômicos e políticos. Então, praticamente a totalidade das informações sobre o evento foi divulgada apenas por Mídias Sociais.

Após essas considerações, as quais atestam a importância das Mídias Sociais para os MS, é importante questionar se elas, de fato, produzem uma contra-hegemonia. Alguns fatores sugerem

¹⁸ Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) é “uma rede de comunicadores que produzem e distribuem informação em movimento, agindo e comunicando. Nossa pauta está onde a luta social e a articulação das transformações culturais, políticas, econômicas e ambientais se expressa”. Disponível em: <<https://ninja.oximity.com/>>. Acesso em: 30 mai. 2015.

cautela para dar uma resposta afirmativa a essa pergunta. Primeiramente, lembrar-se que, embora, elas sejam usadas intensamente pelas organizações populares, não são espaços exclusivos delas, já que, nos conteúdos publicados nelas, observam-se idéias das classes dominantes, além de ser cada vez mais freqüente a presença de grandes grupos jornalísticos já consolidados da Mídia tradicional.

Então, percebe-se que, da mesma forma que em outros períodos da História, o capitalismo consegue adaptar as tecnologias a seu favor; dessa maneira, ainda que a Internet receba o rótulo de território livre, democrático e isonômico, é necessário questionar: o que o capital fará para adquirir o controle? E se não conseguir controlar, como o capitalismo irá se posicionar? (PINHO, 2011). O outro fator se refere às limitações para o uso da Internet e, conseqüentemente, das Mídias Sociais, que podem ser de natureza material, ideológica e legal.

Por fim, “a influência da mídia em parte está confrontada pela multiplicação de blogs, micro-blogs e outros canais de informação alternativa. Mas estes não substituem a mídia, articulam-se com ela” (PLEYERS, 2013, p. 91). Assim, pode-se dizer que a Mídia tradicional ainda é um espaço que exerce imensa influência, e que não pode deixar de ser reivindicado, tanto que muitos MS têm como bandeira de luta a democratização dos instrumentos midiáticos, como a televisão, o rádio, os jornais.

Embora as Mídias Sociais ofertem apenas algumas possibilidades contra-hegemônicas aos MS, elas são fundamentais para a exposição de suas demandas, já que podem evidenciar esses Movimentos, assim como, conseguir apoio do governo e demais responsáveis pela formulação de Políticas Públicas a fim de buscar a resolução de seus problemas.

O debate sobre a relevância para a democracia e para os movimentos sociais da Internet e de suas mídias sociais é realizado por vários teóricos. De acordo com Penteado et al. (2011) as mudanças no jogo político ocasionadas pela Internet trouxeram, em síntese, dois posicionamentos:

De um lado os (ciber) otimistas que empolgados pelas possibilidades da rede, acreditam que é possível democratizar o acesso à informação e promover uma maior participação popular, inclusive, na vida política. Por outro lado, os (ciber) pessimistas defendem que a Internet somente cria novas formas de dominação e controle, que ao invés de promover a maior participação popular, ajuda a aumentar o fosso de exclusão social e política. (PENTEADO et. al., 2011, p. 112).

As visões mais otimistas apontam para diversas soluções possíveis para os processos democráticos, como a criação de um espaço da autonomia (CASTELLS, 2013), o qual seria a combinação entre a cibernética e o espaço urbano; a operacionalização da Democracia Pura, a qual possuiria quatro condições essenciais, a saber: 1) convocação do povo à participação e exercício pleno do poder decisório; 2) alternância absoluta de poderes e cargos de chefias públicas; 3) igualdade absoluta de possibilidades de ocupação de funções no poder decisório; 4) liberdade absoluta de expressão a qualquer membro do povo, e teria todo o seu mecanismo de funcionamento realizado por um sistema conjugado executado via Internet (VASCONCELOS, 2011).

E, ainda, a possibilidade da Governança Eletrônica e do Voto pela Internet (LÉVY, 2002), que de acordo com o autor aumentaria “a participação eleitoral dos indiferentes e permita uma votação mais fácil às pessoas com deficiência, em viagem, afastadas dos locais do escrutínio clássico ou expatriadas (LÉVY, 2002, p. 128). Independente de posicionamentos otimistas ou pessimistas ressalta-se que a boa instrumentalização política da Internet e das mídias sociais só será possível com a existência de organismos políticos fortalecidos, ou seja, o fortalecimento das bases políticas populares deve ser uma realidade anterior à discussão sobre a viabilidade da utilização política da Internet.

Considerações finais

As Políticas Públicas constituem importante instrumento político nas sociedades contemporâneas e auxiliam a vida de diversos grupos da sociedade, como jovens, mulheres, crianças, indígenas etc. Suas finalidades e conceitos são plurais, de acordo com a visão teórico-política dos autores que as analisam, e a sua elaboração e implementação são fundamentadas em complexas

relações, pois envolvem diversos sujeitos, sendo que a fase da formulação da Agenda é na qual se nota, claramente, as disputas e jogos de interesses.

A Mídia e os Movimentos Sociais são alguns desses sujeitos, sendo que ela será um sujeito que transitará auxiliando aos outros sujeitos. A partir dessa transitoriedade da Mídia, e cientes das relações econômicas e políticas que as constituem, observa-se que sua relação com os MS terá uma aparência dúbia, ou seja, ao mesmo tempo em que noticia suas ações e discute questões sociais (prováveis demandas dos MS), ela os criminaliza, o que os impede que se configurem como legítimos diante do restante da sociedade e que, conseqüentemente, suas demandas ganhem notoriedade.

No entanto, sabe-se que, mesmo quando a mídia tradicional noticia sobre os movimentos sociais ou discute as questões sociais, realiza os devidos recortes ou ajusta os focos para que a informação enquadre-se nas definições ideológicas defendidas, pontuadas ao longo desse artigo, o que demonstra o porquê de ter apenas uma aparência dúbia, já que seu lado é definido.

Mais recentemente, a Internet e as Mídias Sociais configuram-se como ferramentas fundamentais para os MS na medida em que contribuem para o Contra-agendamento e para que estes se organizem, divulguem suas ações e posicionamentos, e, conseqüentemente, demarquem as demandas que desejam inscrever na Agenda, mas, apresentam limitações para seu uso político.

Em síntese, observa-se que a Mídia – tradicional ou social – é importante instrumento aos MS para formarem sua agenda, sendo um espaço que precisa ser continuamente reivindicado e utilizado, pois da notícia depende a exposição dos seus interesses e legitimação dos mesmos. Entretanto, é necessária a contínua problematização das demais questões sociais e econômicas, e, portanto, políticas que perpassam esses instrumentos para que se compreenda sua utilização e instrumentalização.

Referências

BARRETTA, Leonardo Medeiros; CERVI, Emerson Urizzi. Contra agendamento: evoluindo na hipótese do agenda-setting. In: Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul, 13, Chapecó, 2012, Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2012/resumos/R30-1706-1.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

BUCCI, Eugênio. A imprensa e o dever da liberdade: a responsabilidade social do jornalismo em nossos dias. In: CANELA, Guilherme (Org.). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

CAMPANHA, Isabela Careta; D'ANDRÉA, Carlos Frederico de Brito. Reflexões sobre a evolução do conceito de agendamento e de suas aplicações nas campanhas políticas. In: **SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**. 2, 2012, Curitiba.

CANELA, Guilherme. A Cobertura Jornalística das Políticas Públicas Sociais: elementos para debate. In: CANELA, Guilherme (Org.). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Helena Guimarães de. Políticas Públicas Sociais: conceitos e conexões com a realidade brasileira. In: CANELA, Guilherme (Org.). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

- COSTA, Ricardo. **Gramsci e o Conceito de Hegemonia**. Salvador: Quarteto; São Paulo: ICP, 2011.
- DYE, Thomas R. **Understanding Public Policy**. 13. ed. Boston: Pearson, 2011.
- FONSECA, Andre Azevedo da. A comunicação nos movimentos sociais: do panfleto de protesto à educação para a cidadania. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 126, ano XI, p. 67-71, nov. 2011.
- FREY, Klaus. Análise de Políticas Públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, n. 18, p. 2-36, set. 1999.
- FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de Políticas Públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. n. 21., Brasília: IPEA, jun. 2000. p. 212-259
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil Contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- _____. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- GUARESCHI, Pedrinho A. Mídia e democracia: o quarto versus o quinto poder. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 6-25, jul.-dez, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581997000200003&lng=pt&nrm=i so&tlng=PT>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na Ciência política: desafios interdisciplinares. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 6-25, jul.-dez. 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/2469/1287>>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre a Consciência e Emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- KINGDON, John W. Agendas, Alternatives, and Public Policies. 2. ed. Harper Collins College Publishers. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas – Coletânea**. v. 1, 2007.
- LÉVY, Pierre. **Ciberdemocracia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- LIMA, Venício A. LOPES, Cristiano Aguiar. **Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004): as autorizações de emissoras como moeda de barganha política**. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf>. Acesso em: 10 junh. 2014.
- MARTINS, Gerson Luiz. O Ensino do Jornalismo e a Agenda Social. In: CANELA, Guilherme (Org.). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

MOTTA, Luiz Gonzaga. E agora? Urgente colocar o social no centro da pauta jornalística. In: CANELA, Guilherme (Org.). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As Ruas e a Democracia**: ensaios sobre o Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

PASSOS, Najla. Lei da Mídia Democrática é lançada em Brasília e quer ser nova Ficha Limpa. **Carta Maior**, São Paulo, 23 agosto 2013. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Lei-da-Midia-Democratica-e-lancada-em-Brasilia-e-quer-ser-nova-Ficha-Limpa/12/28428>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

PENTEADO; SANTOS; ARAÚJO; SILVA. Ação Política na internet brasileira. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 1, p. 111-132, 2011.

PINHO, José Antônio Gomes de. Sociedade da Informação, Capitalismo e Sociedade Civil: Reflexões sobre política, internet e democracia na realidade brasileira. **RAE São Paulo**. v. 51, n. 1, p. 98-106, Jan/Fev., 2011.

PLEYERS, Geoffrey. Ativismo das ruas e on line dos movimentos pós-2011. **Lutas Sociais**. São Paulo, v. 17, n. 31, p. 87-96, jul./dez., 2013.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na web 2.0. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, XXIX, Brasília, 2006.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas**: conceitos básicos, s.n.t. (mimeo.).

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. **Pra Aprender Políticas Públicas**: conceitos e teorias. Brasília: Instituto de Gestão Economia e Políticas Públicas, 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de Políticas e Programas Sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva (Coord.). **Pesquisa Avaliativa**: aspectos teórico-metodológicos. 2. ed. São Paulo: Veras, 2014, p. 19-108.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Editorial. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 12 n. 1 p. 11-12, jan./jun. 2009

SOUZA, Lincoln Moraes de. A agenda e as agendas no Brasil. **Revista Cronos**, Natal, v. 7, n. 1, p. 79-101, jan./jun. 2006.

TELLES, André. Introdução. In: **A Revolução das Mídias Sociais**: Cases, Conceitos, Dicas e Ferramentas. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2010.

VASCONCELOS, J. **Democracia Pura**: história e atualidade, reforma política, teoria e prática sobre governo sem políticos profissionais. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2011.